



Estado de Pernambuco

LEI Nº 019/96

EMENTA: Assegura pela metade a entrada para estudantes nos eventos abaixo especificados e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. - Fica assegurado nos termos desta Lei aos estudantes regularmente matriculados nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, das redes públicas e particulares do município do Surubim, o pagamento de "meia entrada" do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos teatrais, musicais e circenses, em casas de exibição cinematográficas, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer e, em transportes coletivos intermunicipais.

§ 1º - Para efeito desta Lei, consideram-se Casa de Diversão de qualquer natureza, os locais que propiciem por suas atividades, lazer e entretenimento.

§ 2º - Consideram-se, ainda, para efeito desta Lei, transportes coletivos intermunicipais todos os veículos empregados no transporte do povo que tenham linha determinada pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A Carteira de Identidade Estudantil (CIE) será emitida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) ou pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e distribuídas pela Secretaria de Educação do Município.

MURILO BARBOSA
PREFEITO





Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 019/96

02.

Parágrafo Único - Ficam as direções das escolas de 1º, 2º e 3º graus obrigadas a fornecer as respectivas entidades representativas da sua área de jurisdição, no início do semestre letivo, as listagens dos estudantes devidamente matriculados em suas unidades de ensino.

Art. 3º - Caberá ao Governo Municipal através dos respectivos órgãos de cultura, esportes, turismo e defesa do consumidor, bem como do Ministério Público, a fiscalização e cumprimento desta Lei.

Art. 4º - O Governo do Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, procederá a sua regulamentação, prevendo, inclusive, sanções aos estabelecimentos infratores que poderão chegar até a suspensão do seu alvará de funcionamento, ou a suspensão da autorização de concessão de linhas de transportes intermunicipal.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim, em 17 de maio de 1996.

L. J. F. B.

MURILO JORGE FARIAS BARBOSA

- Prefeito -

